

21 MAI 1997

Curva do remorso

Lanhado no seu ponto mais sensível, com salpicos de lama manchando as vidraças do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso aguarda o próximo remanso da agitação para dirigir-se ao país anunciando a mobilização total do governo para a aprovação das reformas e a dedicação, em tempo integral, à execução dos planos lançados no primeiro trimestre do ano. Cuida-se, segundo o porta-voz Sérgio Amaral, de exorcizar o pessimismo com os borrifos da mensagem positiva.

Descontados os despistes, o que o governo informa é que caiu em si, decidiu contornar a curva do remorso e corrigir a rota dos equívocos. Com razoável atraso. Coisa de quase dois anos — a conta do tempo perdido. Desde o segundo semestre de 95 que respira, sonha, articula e cuida da reeleição. Não pensou em outra coisa.

Acosado por todos os lados, envolvido por crises e escândalos, verga os joelhos e bate no peito as pancadas do arrependimento. Um pouco tarde. Mas, sempre é possível fazer alguma coisa.

Antes da corrigenda, convém fechar o balanço dos erros. Alguns deles aqui registrados, em lista numerada:

1) Começemos pelo grande erro, pai de todos os outros: a inversão da agenda de prioridades, virada de cabeça para baixo, com a reeleição escalando a pirâmide e promovida de cerra-fila primeira e única meta. Ora, o bom senso, a ética, a lógica indicam que o presidente deveria dedicar-se nos primeiros anos de mandato ao resgate dos compromissos de campanha: a sacudidela da modernidade e da mudança, com a aprovação das reformas, e a implementação dos projetos de

candidato. Para, só então, escorado no êxito reconhecido pela opinião pública, liberar o seu esquema de apoio para encaminhar a reeleição.

2) Aos partidos e líderes competente, privativamente, articular a reeleição, entendendo-se com governadores, prefeitos, bancadas. Preservando o presidente, isento e distante na sua redoma. Pois a reeleição

só ganha viabilidade se for do interesse dos parlamentares e demais candidatos. O leque eleitoral de 98 é amplo, abana cinco eleições simultâneas: além do presidente, mais 27 governadores, 27 senadores, 513 deputados federais e centenas de deputados estaduais. Todos anseiam pelo puxador de votos que assegure o mínimo de consistência ao desmantelado balaio partidário.

3) O presidente não pode negociar votos em causa própria. Seja no descaramento da barganha ou na enviesada desconversa do apelo. Estende-se a restrição aos ministros e a todo o governo. A desobediência desta regra ética dá no que se está vendo: Pedinchar votos abre a guarda para a malandra postulação do favor. Quem se intromete no mercado do voto deve saber com que tipo de gente e de transas vai lidar. Se o ilustríssimo aluga o voto, quer receber em obras, nomeações, áreas de influência. A moeda circula à solta, seja no padrão amazônico ou na hipocrisia da liberação de verbas para obras sociais.

4) A reeleição paralisou o governo durante dois anos e vai engolir o que resta de tempo útil. Embaraçou a votação das reformas, suspensas pela esperteza tática dos líderes do governo para não criar problemas na maioria. Atendido o presidente, aprovada a reeleição na Câmara, os eleitores querem receber sua cota. A vista e, alguns, em espécie.

5) Ao invés de convocar a oposição para o debate das reformas, a reeleição soou como declaração de guerra que exasperou a radicalização. Acuado no canto da marginalização sem perspectivas, a oposição carpiu no sereno a condenação a oito anos de Fernando Henrique. E revida com o estouvamento alucinado de suas pontas radicais. Apelando para a molecagem do apitaco, a faxina da calçada do Planalto. Mas, também, para a necessária, indispensável e urgente CPI da reeleição.

O resultado é a queda de 20%, de 70% para 50% — talvez mais — do índice de popularidade do presidente, na pesquisa do Ibope que será divulgada esta semana.

A conta não fechou. Outras cobranças estão por chegar.

Descontados os despistes, o governo informa que caiu em si, decidiu corrigir a rota dos equívocos
